



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10183.000151/91-12

Sessão de : 10 de novembro de 1993

ACORDAO No 203-00.815

Recurso no: 90.789

RECORRENTE: INDECO S/A INTEGRACAO DESENVOLVIMENTO E COLONIZACAO

Recorrida : PRF EM CUIABÁ - MT

ITR - INFRAÇÃO CONFESSADA. Inexistência de provas e fundamentos capazes de infirmar a exigência fiscal. Nega-se provimento ao recurso.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por INDECO S/A INTEGRAÇÃO DESENVOLVIMENTO E COLONIZAÇÃO.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausentes os conselheiros MAURO WASILEWSKI e TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1993.

~~OSVALDO JOSE DE SOUZA~~ - Presidente

SEBASTIÃO BORGES TAQUARY - Relator

RODRIGO PARDEAU VIERIA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSAO DE 10 DEZ 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF, CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI e SARAH LAFAYETTE NOBRE FORMIGA (suplente).

/əvər̩s/



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10183.000151/91-12

Recurso N° 90.789

Acórdão N° 203-00.815

Recorrente INDECO S/A INTEGRAÇÃO DESENVOLVIMENTO E COLONIZAÇÃO

R E L A T O R I O

A Contribuinte acima identificada foi notificada a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR/90 e demais tributos, referentes ao imóvel rural denominado Gleba São Félix, localizado no Município de São Félix do Araguaia - MT, com área total de 7.161,3 ha.

Impugnando o feito às fls. 02, a Requerente solicita revisão do lançamento, face o elevado valor cobrado.

O INCRA informou, às fls. 09, que o "o ITR foi emitido corretamente, conforme VTN lançado através Portaria 560 de 27.09.90 previu um aumento de 90.737."

A autoridade singular, com base nessa informação julgou procedente o lançamento.

Cientificado em 11.03.92 da decisão, a Contribuinte fez anexar a este em 10.04.92 o Processo no 10880.020306/92-04, onde consta seu recurso de fls. 15/17, alegando em síntese:

a) não recebeu o aviso de cobrança que foi endereçado ao Município de Sorriso, em face da modificação dos códigos de endereçamento efetuada pelo Correio;

b) dificuldade de acompanhamento dos avisos de cobrança, pois possui aproximadamente mil lotes;

c) por enquadrar-se na categoria de empresa de compra, venda, locação e administração de imóveis do 5º grupo do plano CNC, não está sujeita ao pagamento do CNA e CONTAG, por não exercer atividade agrícola;

d) tampouco ao pagamento da Contribuição Parafiscal, pois não exerce atividade rural;

e) contesta também o pagamento da Taxa de Cadastro neste exercício; e

f) solicita a retificação dos cálculos.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10183.000151/91-12

Acórdão no 203-00.815

67

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

A Recorrente postula correção dos valores que lhe são exigidos, a título de ITR de 1990, juntando, para tanto, DF, com seu apelo em 09.04.92..

O recurso voluntário, pois, veio vazio de argumentos e provas capazes de infirmar a exigência, que, de sua parte, se confirma com as normas legais de regência, principalmente, quanto ao valor atribuído à gleba rural, com base na Portaria MF/MARA no 560/90.

Isto posto, nego provimento.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1993.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Sebastião Borges Taquary', is written over a printed name. The printed name 'SEBASTIÃO BORGES TAQUARY' is in a bold, uppercase font, positioned to the left of the signature.